



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI COMPLEMENTAR N 181, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

**DISPÕE SOBRE A COMPENSAO DE CRÉDITO
TRIBUTÁRIO INSCRITO OU NÃO EM DVIDA
ATIVA COM DÉBITO DA PREFEITURA DE
GUATAPAR.**

JURACY DA COSTA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder o encontro de contas entre o Município e os contribuintes para a extinção de créditos tributários e fiscais, nos termos do art. 156, II, e do art. 170 da Lei Federal n 5.172/66 - Código Tributário Nacional - CTN

 1 - O Crédito Tributário Municipal, inscrito ou não em Dvida Ativa, poderá ser extinto mediante compensação, com créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal de Guatapar, na forma desta Lei, desde que o crédito a ser compensado atenda as seguintes condies:

I - seja líquido e certo;

II - conste no extrato de débitos/relatório de débitos dos sistemas eletrnicos desta Municipalidade;

III - não seja objeto de qualquer impugnação ou recurso, seja na esfera administrativa ou judicial, ou, sendo, haja expressa renúncia, sendo que em caso de renúncia ao processo judicial, a compensação somente produzir efeitos após a desistência da referida ação e a renúncia do direito sobre o qual se funda a ação, devendo o devedor ou corresponsável arcar com o pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios;

IV - não seja de titularidade de terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

V - não seja decorrente de decisão judicial não transitada em julgado;

VI - seja passível de restituio ou de ressarcimento;

VII - não seja apurado na forma do Simples Nacional;

VIII - outras hipóteses previstas nas leis específicas de cada tributo.

Art. 2 - A compensao deve ser efetuada mediante entrega de requerimento pelo sujeito passivo, dirigido ao Prefeito Municipal, com a descrio do crédito tributário a ser compensado, e com a indicao de seu valor.

 1 O pedido será submetido  análise prévia do Departamento Jurídico do Município, a quem caberá emitir parecer sobre a possibilidade jurídica da compensao, e da Secretaria de Finanças, a qual competirá analisar o interesse e a conveniência da Administrao.

 2 As competências previstas no  1 poderão ser delegadas.

 3 A iniciativa para a realizao da compensao não suspende a exigibilidade do crédito tributário, a fluência dos juros de mora e dos demais acréscimos legais, nem garante seu deferimento.

Art. 3 - O deferimento da compensao importa em confissão de dvida irretratável, imputando-se a responsabilidade ao titular do crédito, do sucessor ou do cessionário a qualquer título.

Art. 4 - O valor do crédito tributário será apurado até a data da operao, observada a respectiva legislao, sendo que a efetivao da compensao dar-se- com a publicao desta Lei.

Art. 5 - Compete ao Secretário de Finanças a homologao da compensao, mediante expedio de ato próprio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do requerimento do interessado.

 1 A compensao requerida  Secretaria da Fazenda extingue o crédito tributário, sob condio resolutória de sua ulterior homologao.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 2° A competência prevista no caput poderá ser delegada.

Art. 6° - O valor a ser compensado deve abranger a totalidade do crédito ou dos créditos que se pretende liquidar, com atualização, juros, multa e encargos legais, sem desconto de qualquer natureza, assegurando, inclusive, o pagamento dos honorários advocatícios nos casos de débitos inscritos em Dvida Ativa já ajuizados e/ou protestados.

Art. 7° - Efetivada a compensação, o crédito tributário será extinto, parcial ou integralmente, até o limite efetivamente compensado.

Parágrafo nico. Em caso de extinção parcial, o valor remanescente do crédito tributário permanecerá sujeito às regras originalmente aplicáveis ao débito ou ao crédito preexistente, conforme o caso, de acordo com a legislação respectiva.

Art. 8° - A presente Lei será regulamentada por Decreto, no que couber.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2016.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2020.

Publicada, registrada e afixada no Paço da Prefeitura Municipal na data supra.

JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração